



**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**
III SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
II CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Território Poder e Conflito

O Povo Guarani e o discurso da mídia em Guaíra-PR

Natália Raquel Niedermayer¹
Marli Renate von Borstel Roesler²
Ines Terezinha Pastório³

Resumo: *Esse artigo tem como objetivo analisar o conteúdo de um site de notícias da cidade de Guaíra-PR sobre a temática indígena do ano 2012 até início do ano de 2017. A grande problemática na região é o conflito pela posse da terra entre indígenas e agricultores. Através da técnica de análise de conteúdo, apresentamos o posicionamento da mídia em relação a esse tema. Observamos que o conteúdo das informações veiculadas não são imparciais. O site cria estereótipos sobre os indígenas utilizando o termo invasor, repetida pelos leitores nos comentários. Além disso, não é uma prática do site ouvir esses sujeitos.*

Palavras-chave: *Análise de Conteúdo; Povo Guarani; Conflitos; Portal Guaíra.*

Abstract: *This article aims to analyze the content of a news site of the city of Guaíra-PR on the indigenous theme of the year 2012 until the beginning of 2017. The great problem in the region is the conflict over land ownership between indigenous people and farmers. Through the technique of content analysis, we present the positioning of the media in relation to this theme. We note that the content of the information served is not unbiased. The site creates stereotypes about the indigenous using the term intruder, repeated by readers in the comments. Also, it is not a practice of the site to hear these subjects.*

Key-words: *Content analysis; Guarani people; Conflicts; Portal Guaíra*

¹ Assistente Social pela UNIOESTE. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Ambientais e Sustentabilidade (GEPPAS) - UNIOESTE. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS), pela UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. E-mail: natalia.niedermayergmail.com

² Professora Associada do Curso de Serviço Social e dos Programas de Mestrado em DRS, Serviço Social e de Ciências Ambientais da UNIOESTE. Pós-Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Pesquisadora Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – GEPPAS. E-mail: mroesler@certto.com.br

³ Assistente Social pela UNIOESTE. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Ambientais e Sustentabilidade (GEPPAS) e do Grupo Interdisciplinar e Interinstitucional de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Sustentável (UNIOESTE). Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS), pela UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Doutoranda no Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável. E-mail: inespastorio@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

A realidade de Guaíra-PR, fruto do processo histórico da colonização revela linhas desiguais nas relações de poder sobre territórios, determinantes para os conflitos entre indígenas e não indígenas. Essa realidade deve provocar reflexão sobre a noção de direitos desses sujeitos, historicamente negligenciados. A autodeterminação política e as formas de desenvolvimento econômico, social e cultural a partir da resolução dos conflitos, participação dos indígenas nos espaços de discussão sobre assuntos que lhes afetam, acesso à informação etc, devem ser vistas pela ótica do direito constitucional, desenvolvidas e aplicadas através de políticas sociais.

De modo geral, não é esse o cenário na cidade de Guaíra. Existem hoje cerca de 2 mil Guarani divididos em 8 aldeamentos. Todos, de acordo com o Ministério Público Federal em péssimas condições de sobrevivência. Percebemos que, apesar dos direitos expressos na Constituição Federal de 1988, as políticas indigenistas avançaram pouco.

Ainda temos a opinião pública e as mídias, fortemente embasadas em preconceitos e desconhecimentos. Existe um vasto material e estudos históricos etnográficos confiáveis sobre a existência do Povo Guarani na região e na cidade de Guaíra. No entanto, o discurso frequentemente ouvido é de que nunca existiram indígenas na cidade e os que retomaram as terras são paraguaios, invasores.

A partir da análise de conteúdo das notícias divulgadas pelo site Portal Guaíra (2012-2017) observamos de que modo os processos de construção da informação são realizados, os termos utilizados e a direção política e ideológica das mensagens. Percebemos que o senso comum e a omissão de informações do site sobre as ocupações de terras geram entre os leitores a defesa de ideias intolerantes. Os usar o termo *invasores* no conteúdo da informação, é negado o direito ao território e a autodeterminação dos Guarani na cidade de Guaíra.

2. OBJETIVO

Analisar o conteúdo informativo das matérias de notícias sobre os Guarani na cidade de Guaíra-PR durante o período de 2012 ao início de 2017 publicadas pelo site Portal Guaíra. Por meio do trabalho, buscamos contribuir através da denúncia da parcialidade da mídia sobre o tema, propondo outros meios de divulgação, de caráter democrático.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Guaíra: O território do Povo Guarani sem-terra

Contextualizar o cenário indígena na cidade de Guaíra, oeste paranaense, nos permitirá realizar a análise de conteúdo de modo mais eficaz e lúcido acerca do tema. Afirmamos que, os conteúdos produzidos pelos meios de comunicação local são frutos de



posicionamentos políticos, econômicos e ideológicos construídos no decorrer da história e que atendem interesses corporativistas da sociedade civil organizada da ala conservadora. Sabemos que, os meios de comunicação, mídias impressas ou eletrônicas não são imparciais e enquanto pesquisadores e leitores precisamos identificar o direcionamento dado por estes meios.

O Povo Guarani sempre ocupou os territórios hoje conhecidos como Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. A territorialidade para este Povo tem características históricas, particulares e dinâmicas, vivida, entendida e usada enquanto parte fundamental de sua rica cultura. Para Schallenger (2006) “Um espaço integrado no modo de vida, ou seja, um conjunto de elementos constitutivos da cultura, cuja dimensão é o horizonte possível da circulação dos sujeitos que sempre estão em busca de parentes e da mãe-terra generosa que sustenta a vida (SCHALLENBERGER, 2006, p.33).

Para Clastres (1974) o Povo Guarani do século XVI ocupava um território vasto em que possuíam aldeias situadas a milhares de quilômetros uma das outras, compartilhando uma mesma organização a partir da unidade linguística, cultural e religiosa. Em seu livro A sociedade contra o Estado, o autor apresenta um estudo sobre a demografia Guarani, capaz de contabilizar aproximadamente a população “[...]cerca de um milhão e meio de índios Guarani antes da chegada dos brancos. [...] os 150 mil índios de 1730 eram dez vezes mais numerosos dois séculos antes: eles eram um milhão e meio (CLASTRES, 1974, p. 109-113).

O território é mais do que um simples espaço ocupado ou fonte de sustento, a terra para o Guarani é lugar onde se produz toda a sua cultura, é o lugar de ser Guarani. A terra tradicional ocupada por esse povo é chamada de Tekoha, que significa modo de ser. Parmigiani (2015) descreve que “A palavra tekoha, uma junção semântica do termo **teko** (modo de ser) com o sufixo verbal **há** (causa, fim, lugar etc), pode ser traduzida como: o lugar de moradia das leis, dos costumes, o lugar onde se realiza o modo de ser Guarani.” (PARMIGIANI, 2015, p.147).

O Povo Guarani não se considera dono da terra, nem daquilo que vive nela. Entendem que tudo é dado por Deus e o usufruto da terra deve ser feito de forma equilibrada e com total respeito, e tudo o que fazem é observado pelos deuses e pelos outros Guarani. A terra é geradora da vida, alimenta as plantas e por elas é alimentada, abriga os animais, protege os rios, é fértil e generosa, dadivosa possibilita a partilha da vida, transforma-se em dom. Essa partilha como dom é um elemento de grande significado na cultura do Povo Guarani, e que reflete nas práticas culturais, religiosas e na dinâmica social (SCHALLENBERGER, 2006). Existe na cultura Guarani um compromisso com a reciprocidade aos demais, respeito à natureza e todos os seus elementos.



3.2 O Povo Guarani e a colonização no oeste do Paraná

No início do século XVI, início da colonização, o Povo Guarani e seu território são disputados pela coroa espanhola e portuguesa. No ano de 1494, é assinado o Tratado de Tordesilhas entre essas duas coroas. Esse tratado traçou simbolicamente uma linha que cortava a América em duas partes. A partir desse tratado, passou a pertencer a coroa espanhola “[...] todas as terras descobertas a ocidente de uma linha tirada de polo a polo, trezentas e setenta léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde; e a Portugal as descobertas a leste da mesma linha” (CARVALHO, 2013.p. 267).

Os espanhóis estabeleceram-se no interior da região oeste do atual estado do Paraná e iniciaram a fundação das cidades como, por exemplo, a Ciudad Real del Guairá em 1556. Toda essa região era denominada pelos espanhóis de Província do Guairá⁴ e com a chegada da Companhia de Jesus da Europa, iniciou-se, com os jesuítas, a fundação de missões no Guairá, tendo como objetivo, a catequização dos indígenas.

De acordo com Meliá (2010) “Para los españoles los índios son necesarios como mano de obra em las eventuales minas que pudieran aparecer. A falta de minas de minerales, ya que no se encontrará ni hierro ni mucho menos plata no oro, la ‘mina’ por excelencia será la yerba mate⁵” (MELIÁ,2010, p.17) No início de 1628, os bandeirantes⁶ destruíram as missões jesuíticas e as cidades espanholas construídas nessa região. As entradas desses bandeirantes tinham como objetivo, capturar os Guarani e escraviza-los, assim estendiam também, o território português sobre o espanhol. Milhares de índios foram levados para as vilas portuguesas para serem vendidos como escravos. Segundo Schallenberger (2006, p.76) “resultou daí uma progressiva destruição do território simbólico do povo Guarani e a inviabilidade da sua reconstrução a partir da organização do espaço missioneiro”.

A Guerra entre Paraguai e Brasil que ocorreu entre 1864-1870 marca outro momento de expulsão dos Guarani de seus territórios, quando não incorporados nos exércitos, fugiam das áreas de conflito buscando proteção em lugares distantes, o que significou abandonar seus territórios com risco de perde-las, como ocorreu posteriormente. O Parque Nacional do Iguaçu também carrega uma dívida histórica, desde o ano de 1939, quando removeu

⁴O Guairá compreendia a região localizada entre o rio Paraná na vertente oeste, rio Paranapanema ao norte, o Iguazú ao sul e, a leste, as escarpas do argentino Furnas, região de governança do Paraguai, de colonização espanhola. (SBRAVATI, 2009,p.27)

⁵ Eram as *encomiendas*, sistema de produção da erva-mate usado nas províncias espanholas, que tinha como única mão-de-obra os braços escravos indígenas, e que estava em plena atividade nesse período das missões (CARVALHO, 2009, p.20).

⁶ As bandeiras eram organizadas por iniciativa de particulares, os bandeirantes, e compostas hierarquicamente por um chefe branco ou mameluco (filho de índio com branco), que comandava os outros integrantes, como religiosos, escravos e indígenas. Os principais objetivos das bandeiras eram: 1º Combater os invasores estrangeiros; indígenas inimigos e escravos quilombolas; 2º desbravar os sertões e descobrir ouro e pedras preciosas; 3º aprisionar mão-de-obra indígena. (ARANTES, 2009, p.81)



comunidades inteiras próximas do rio Iguaçu. Um desses relatos pode ser encontrado na tese de doutorado da antropóloga Maria Lúcia Brant Carvalho. No relato de uma indígena de 90 anos de idade decorre o seguinte

Nasci no Oco'y Jakutinga em 1924. Fui morar na aldeia Guarani em 1934, Morei ali até 1943. Moravam 50 famílias na aldeia Guarani, perto do rio Iguaçu, lá onde hoje é o Parque Nacional do Iguaçu. Teve guerra com os índios para tirar os Guaranis da terra: eu vi, eu vi! Mataram tudo! Jogavam os índios nas Cataratas, abriam a barriga com facão e jogavam depois nas Cataratas! Era para o corpo não boiar, pra afundar! [...] A catarata é cemitério de guarani (CARVALHO, 2013, p.330).

No ano de 1974, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, novas remoções de comunidades indígenas ocorreram. Em 1979 começaram as reivindicações dos povos indígenas que seguem até os dias de hoje. Na década de 1980, formou-se o lago de Itaipu e sem acordos para a realocações dos indígenas ocorreram ocupações de terras na região. As críticas atingem a própria Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que através de documentos oficiais ignoram a territorialidade, modo de vida e cultura do povo Guarani que viviam nessa região, tomando decisões propositadas e prejudiciais. Esses procedimentos refletem ainda hoje na realidade dos povos indígenas na luta pelo território.

4. METODOLOGIA

A **análise de conteúdo** é uma técnica de pesquisa e apresenta algumas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência. De acordo com Bardin (1988, p. 42), a análise de conteúdo representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que objetivam obter, através de procedimentos sistemáticos e da descrição do conteúdo das mensagens, que possibilitam a inferência de conhecimentos referentes às condições de produção e recebimento dessas mensagens.

A análise temática está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto e suas relações representada por meio de uma palavra, frase ou resumo. Para Minayo (2007, p. 316), “a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja *presença* ou *frequência* signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado”. De acordo com a autora, de modo prático, a análise temática ocorre em três fases: Pré-análise: organização do que vai ser analisado; exploração do material por meio de várias leituras; também é chamada de “leitura flutuante”. Exploração do material: é o momento em que se codifica o material; primeiro, faz-se um recorte do texto; após, escolhem-se regras de contagem; e, por último, classificam-se e agregam-se os dados, organizando-os em categorias teóricas ou empíricas. Tratamento dos resultados: nesta fase, trabalham-se os dados brutos, permitindo destaque para as informações obtidas.

Para a análise temática escolhemos como tema Povo Guarani e Conflitos. Analisamos as notícias veiculadas por um popular site de informações, Portal Guaíra (PG), no período de 2012 até início de 2017, um total de 56 notícias. Como categorias de análise,



definimos: **Reconhecimento histórico e territorial; Concepção de direitos humanos e sociais; Organização Ruralista; Espaços democráticos (reuniões e manifestações); Conflitos; Sujeitos.**

5. RESULTADOS

5.1 Povo Guarani nas manchetes de Guaíra

O cenário atual da região oeste paranaense, de modo específico, na cidade de Guaíra, revela-se tão conflituoso quanto sua formação histórica. No município de Guaíra PR, existem 8 aldeamentos (Tekohá Guarani, Tekohá Jevy, Tekohá Karumbe'y, Tekohá Marangatu, Tekohá Mirim, Tekohá Porã, Tekohá Taturi e Tekohá Yhovy) e todos eles encontram inúmeras dificuldades de sobrevivência devido as péssimas condições de vida. Essas condições são apresentadas nos Relatórios do Ministério Público Federal, quando no ano de 2013 realizou visitas em todos os aldeamentos no município. As ocupações de retomada de territórios iniciaram-se a mais de 25 anos, no entanto, nenhum desses territórios ocupados possuem documentação regularizada, políticas sociais efetivas com equipamentos estatais específicos. Todos os aldeamentos são pontos de tensão e conflitos.

Essa realidade de conflitos, ocupações de retomada e condições de sobrevivência dos povos indígenas são conhecidas pela população de Guaíra e região. As aldeias são próximas à cidade, assim, a realidade é visível e por vezes noticiada pelos meios de comunicação. Existem manifestações realizadas pelos indígenas, com passeatas e distribuição de material impresso como formas de tornar pública a situação. Há ainda estudos realizados pelo meio acadêmico, por meio de projetos de pesquisa e extensão e que servem como ferramentas de socialização e publicização dessa mesma realidade.

Realizamos um recorte intencional sobre as ferramentas e/ou meios de divulgação de notícias que envolvem os povos indígenas na cidade de Guaíra e analisar o conteúdo das informações veiculadas. Escolhemos portanto, o site de notícias Portal Guaíra (PG) e como critério definimos: alcance e popularidade, data de início de veiculação (2012, período de início dos conflitos e retomadas), e sua parcialidade sobre a temática indígena.

No ano de 2012 foram publicadas duas (2) notícias sobre a temática, em 2013, trinta (30), em 2014, oito (8), em 2015 cinco (5) veiculações, em 2016, nove (9) e até o mês de abril de 2017, duas (2). Podemos perceber um número expressivo de notícias no ano de 2013. Nesse período ocorreram intensos conflitos na cidade de Guaíra por motivos de retomada de terras, uma atuação mais efetiva do Ministério Público Federal dentro das comunidades indígenas o que provocou incomodo na ala conservadora (ruralistas) e a confecção de um material feito pela Comissão da Defesa da Verdade (CDV), composta por sindicatos rurais da região oeste do Paraná e setor empresarial com a falsa informação de



que os indígenas estariam reivindicando a demarcação de 100.000 hectares na cidade de Guaíra.

Essa falsa informação, de acordo com a CDV teria sido resultado de estudos (laudos) realizados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no entanto, negada pela própria FUNAI e indígenas. O terrorismo provocado na população guairense resultou de modo imediato em diversos conflitos. Vários indígenas que trabalhavam em empresas na cidade foram demitidos, crianças e adolescentes indígenas sofreram *bullying* de modo mais intensivo nas instituições de ensino e, um assassinato e três tentativas contra três crianças indígenas por arma de fogo.

A partir da classificação das informações veiculadas pelo site PG em categorias de análise é possível identificar elementos conjunturais importantes que fazem parte da realidade conflituosa e das relações de poder na cidade de Guaíra e que, refletem nas condições de vida dos povos indígenas e acesso aos seus direitos.

O **Reconhecimento histórico e territorial** da presença do Povo Guarani na região é comprovada por fontes e estudos confiáveis, como apresentado anteriormente neste trabalho. Não há dúvidas de que territórios da cidade de Guaíra já pertenceram aos indígenas e reconhecer esse fato em qualquer debate ou publicação de informações é imprescindível. Partindo de uma realidade em que a maior reivindicação dos indígenas é a demarcação das terras retomadas, admitir e legitimar a história é essencial. Realizar o exercício de reconhecer esses processos históricos ou não, direcionará política e ideologicamente nosso posicionamento e intencionalidade sobre o tema. Analisando o total das 56 notícias veiculados no PG durante o ano 2012 à 2017 somente 5 delas consideram elementos sobre o reconhecimento histórico e territorial do Povo Guarani na cidade de Guaíra. Nota-se que, as informações veiculadas, carregam intencionalidades que se opõe às defesas dos povos indígenas. Certamente, utilizar fontes confiáveis e estudos antropológicos, históricos como conteúdo para informação produziria outra verbalização da notícia, outras percepções para os leitores, não desejada pelo site de notícias.

Os **conflitos** envolvendo o setor da agricultura, sindicatos rurais e os Guarani são noticiados trinta e uma vez (31) no total de 56. Apesar do apelo ao sensacionalismo utilizado pelo site PG por meio de enfoques insensíveis a determinado grupo, criação de polêmicas, notícias com fatos intencionalmente omitidos chamando atenção maior dos leitores. Ex:

Questão indígena- Senador Requião apoia invasão indígena no Paraná

Requião usou estatísticas do Cimi, segundo a qual 500 índios foram assassinados até 2013 numa guerra contra o agronegócio, 62% dos quais no Mato Grosso do Sul. Esse é o senador e ex governador do Paraná incentivando o conflito e atacando os produtores rurais (PORTAL GUAIRA,2013)

O conteúdo informativo revela que, o site PG faz uso de práticas sensacionalistas de modo intencional, posiciona-se de modo evidente contra a retomada de terras (chama de



invasão) e a favor das organizações e defesas dos grupos ruralistas. Fica evidente que, o número expressivo de notícias sobre conflitos na cidade de Guaíra expressa o cenário de relações que envolvem os indígenas. Racismo, exigências para demarcação de terras, ameaças de reintegração de posse, retomada de territórios, produção de laudos falsos pela Comissão da Defesa da Verdade, estudos antropológicos da FUNAI, grupos de estudos organizados pelo sindicato rural para medir os prejuízos econômicos se terras indígenas forem demarcadas, protestos exigindo a garantia de direitos básicos, etc. As motivações dos conflitos em Guaíra são muitas. Um cenário de permanente tensão devido a morosidade na resolução desses conflitos.

Podemos perceber pelo recorte da notícia que o PG enquadra o indígena como invasor, cria-se um estereótipo desses **sujeitos** e reafirma discursos comuns na cidade de Guaíra. Em dezoito (18) veiculações os indígenas são descritos como invasores. O discurso mais comum é que os indígenas que retomaram terras na região são paraguaios manipulados pela FUNAI. Desconhecem ou negam as bases históricas que fundaram Guaíra. Em qualquer livro é possível encontrar fatos que comprovam a presença Guarani na região, inclusive com a participação de líderes ruralistas da cidade. No livro *Guaíra: um mundo de águas e histórias*, Erminio Vendrusculo (empresário e pró-ruralista) relata como característica importante da cidade “Uma firme tradição indianista ligada à cristianização jesuítica, mantendo viva a língua guarani e caracterizado por diversos sítios arqueológicos” (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008, p.251). O cacique Ilson Soares da Tekohá Yhovy relata a invisibilidade e o discurso comum de Guaíra.

Até em 2010, 2011 você nunca ouviu dizer que tinha comunidade indígena em Guaíra, que tinha índios em Guaíra, em questão o Guarani, principalmente porque a nossa existência ela sempre foi negada na região oeste, de que eles não existem, que são paraguaios, então a gente não tinha até então direito de existir, até hoje a gente não tem ainda[sic] (UNIOESTE,2016)

Conservar-se a desinformação e a força do preconceito, potencializada pelas elites rurais da cidade de Guaíra e pelos meios de comunicação, de modo específico pelo site PG. Utilizar o termo invasor, representando, uma ideia, posicionamentos ideológicos fazem crescer os conflitos e violências contra os indígenas. Além disso, o invasor não é visto como sujeito de direito, é o externo, não é parte da comunidade.

Importante destacar aqui a organização do Sindicato Rural de Guaíra e sua articulação política a nível regional, estadual e nacional. Das notícias 56 notícias veiculadas, 15 apresentam em seu conteúdo a forte influência política e econômica na cidade. O Sindicato articula-se de modo próximo com lideranças políticas, dentre elas Dep. Est. Elio Rusch (DEM), Dep. Fed. Osmar Serraglio (PMDB), Dep. Fed. Sergio Souza (PMDB), Dep. Fed. Dilceu Sperafico (PP) e Sen. Gleisi Hoffman (PT). Por meio de reuniões (part.de até dois mil agricultores), produção e distribuição de materiais e criação de comissões para



estudos econômicos, o setor ruralista e empresarial da cidade de Guaíra vem impedindo os processos demarcatórios.

A **concepção de direitos humanos e sociais** a partir do marco da Constituição Federal de 1988 representou, também para os povos indígenas, alguns avanços significativos sobre a proteção dos direitos. É a partir desse momento que o Estado assume uma relação mais participante diante da realidade desses povos, sobrepondo-se as diversas concepções integracionistas contempladas em outras legislações, que afirmavam a cultura indígena como inferior. A CF de 1988 abriu espaço para várias discussões em torno de outras legislações, como por exemplo, o próprio Estatuto do Índio, e a partir do ano de 1990 surgem novas proposições para a reestruturação do Estatuto.

Conceber que, os povos indígenas são sujeitos de direitos específicos pela sua cultura, organização social e territorial e que devem ser garantidos, é fundamental para um cenário de conflito onde as relações de poder são desiguais. A partir da análise do conteúdo das 56 notícias do PG apenas 14 delas apresentam elementos sobre a concepção de direitos humanos e sociais, fazendo referência, principalmente a Constituição Federal de 1988. Ocultar da sociedade (leitores) esses elementos em textos informativos provoca, conseqüentemente no terreno do senso comum (terreno mais comum em relação a temática indígena) debates e defesas tão carentes (possível de ser percebido à partir dos comentários feitos pela comunidade nas páginas de notícias) de perspectivas de direitos como às produzidos pelas mídias corporativistas.

Sobre conflitos, esse tema aparece em 31 das 56 notícias, que o Portal Guaíra divulgou, sendo que em apenas 15 delas os indígenas foram ouvidos. A mídia brasileira tem o hábito de não ouvir o índio, de não consultar os envolvidos nas notícias. Os **espaços democráticos** que foram noticiados são sobre manifestações organizadas pelos indígenas e reuniões para debater os conflitos sobre as terras ocupadas. De acordo com Pimentel (2013)

[...] diante da flagrante parcialidade da mídia corporativa, resta-nos, além de apoiar as iniciativas de jornalismo público ou comunitário, que rompem essa hegemonia no campo da informação, reforçar os apelos pela rápida aplicação da Lei nº11.645/2008, que institui a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura indígena (PIMENTEL, 2013, p.99)

Outro dado importante dessa realidade é a violência que vitima, também fatalmente do lado mais fraco dessa correlação de forças. De 2012 até 2016 foi registrado um (1) homicídio e quatro (4) tentativas, três (3) delas contra crianças. O suicídio entre os jovens é preocupante, cinco (5) casos registrados durante esse período. Em um dos casos, a mãe de um jovem relatou que o filho sofria preconceito na escola, adoeceu e cometeu suicídio. Ainda foi registrado um caso de trabalho escravo em uma fazenda do município.

Diante dessa realidade de invisibilidade e omissão, os indígenas resistem. Utilizam como estratégia, a religião, cultura, arte, língua e o pertencimento a terra ocupada. Definem



esses elementos como instrumentos de poder. A cultura é um elemento fundamental na definição da territorialidade, por isso estratégica para os grupos sociais, aqui os indígenas. Esse aspecto simbólico, cultural é o que conecta os Guarani aos territórios ocupados, faz referência à visão e valorização do território pelos sujeitos.

Podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. Em certos casos, como a de grandes conflitos territoriais de fundo étnico e religioso, a dimensão simbólico-cultural do poder se impõe com muita força [...] (HAESBAERT, 2006, p.93)

Dentro desse debate, outro elemento importante à ser destacado é a territorialidade, entendido como conceito para destacar aspectos da dimensão simbólico-cultural. “Isto significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política.” (HAESBAERT, 2006, p.74)

Tomamos como central neste trabalho a historicidade da territorialidade do Povo Guarani e a negação dela dentro do contexto colonialista que impôs diferentes noções territoriais, extremamente “estranha” à sua organização tradicional. No entanto, mesmo nesse contexto de negação da territorialidade do Povo Guarani e de todos os outros grupos indígenas, existem resistências à esta imposição eurocêntrica. Estes grupos continuam se organizando especialmente, destacando sua dimensão simbólico-cultural, e que por razões materiais e histórias sofreram mudanças significativas, não podendo permanecer em condições já vividas, entendendo que os processos culturais e sua construção não é estática.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração o território, poder, conflitos e a mídia na cidade de Guaíra, as manchetes do Portal Guaíra, mostram a necessidade urgente da solução dos conflitos territoriais. A violência, preconceito, negação do acesso aos direitos sociais básicos e a não participação de representantes das comunidades indígenas em todos os espaços de diálogo sobre os assuntos que lhes afetam demonstra essa necessidade. Enquanto isso, permanecem os conflitos.

Os meios de comunicação desempenham um papel importante nesse contexto como, por exemplo, em relação ao tom das notícias. Quando o PG utiliza termos que criminalizam os indígenas, o uso dessa linguagem impacta o leitor e o induz a reprodução do preconceito, como por exemplo, a utilização do termo *invasor*. Percebemos por meio dos comentários dos leitores a reprodução do termo e, em tons agressivos. Em relação a isso,



outro ponto de responsabilidade dos veículos é a moderação dos comentários, não apenas de palavras, mas de ideias de conteúdo intolerante e agressivo.

Entre o ano de 2012 até início de 2017, foram veiculadas, pelo site PG, quinze (15) notícias com entrevistas como espaço de participação para os indígenas. Dez (10) entrevistas foram realizadas em meio as manifestações de rua e em momentos de divulgação, entrega de cartas de denúncias de violações dos direitos indígenas. Observa-se que o ato de ir às ruas em manifestação possibilita um espaço de participação dos indígenas nos noticiários do site, embora com menos possibilidade de esclarecimento de posições e versão da história e fatos. Cabe destacar que a imprensa de modo geral tem o papel de esclarecer os fatos, buscando a história na íntegra, permitindo que ambos os lados envolvidos possam manifestar-se em relação as reivindicações, o que não se percebe de forma efetiva no site cujas matérias foram objeto deste estudo, ficando assim uma lacuna em termos de história e direitos.

7. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 1988.

CARVALHO, José Luiz. Os Guarani In: **Missões Conquistando almas e territórios**. Cultura Secretaria de Estado. Curitiba- PR. 2009, p.14-20.

CARVALHO, Maria Lúcia Brant. **Das terras dos índios a índios sem terra O estado e os índios Guarani no Oco'y: violência, silêncio e luta**. 2013. 835 f. Tese (doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/.../8/.../2013_MariaLuciaBrantDeCarvalho.pdf> acesso em 22 dez 2015.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. In: **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 1974, p.109-113.

GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. **Guaíra: um mundo de águas e histórias**. 1. ed. Marechal C. Rondon, PR: Germânica, 2008.p.251

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2º ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2006.

MELIÁ, Bartolomeu. Los índios Guaraníes del Guairá em torno de Ciudad Real. In: **Fronteiras culturais e desenvolvimento regional Novas Visibilidades**. Org: Erneldo Schallenger. Ed. Evangraf, Porto Alegre, 2010.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

PARMIGIANI, Jacqueline. Território e espaço: a construção da territorialidade Guarani In: **Além das fronteiras sociológicas Uma agenda para o ensino das Ciências Sociais**. Org. Silvio Antonio Colognese. Paraná, Evangraf, 2015, p.141-153.



PIMENTEL, Spensy. Violação dos direitos humanos e a luta pela terra Guarani- Kaiowa In: **Indígenas no Brasil Demandas dos povos e a percepção da opinião pública**. Org: Gustavo Venturi e Vilma Bokany. São Paulo, Ed: Fundação Perseu Abramo, 2013, p.85-100.

PORTAL GUAIRA. **Questão indígena Senador Requião apoia invasões indígenas no Paraná**. Guaíra, 2013. Disponível em < <http://www.portalguaira.com/questao-indigena-senador-roberto-requiao-apoia-invasoes-indigenas-no-parana/>> Acesso em 04 abr 2017.

PORTAL GUAIRA. **Povos Indígenas**. Guaíra, 2012-2017. Disponível em< <http://www.portalguaira.com/>> acesso em 04 abr 2017.

SBRAVATI, Myrian. O território natural do Guairá. In: **Missões Conquistando almas e territórios**. Cultura Secretaria de Estado. Curitiba- PR. 2009, p.27.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Guairá e o espaço missioneiro**. Índios e jesuítas no tempo das missões rio-platense. Cascavel, Coluna do Saber, 2006, p.33.

UNIOESTE, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Relatório de Projeto de Extensão **Ações Sociambientais em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas: a Comunidade Indígena Tekohá Yhovy no Município de Guaíra- PR**. Coordenadora Marli Renate von Borstel Roesler. Toledo, 2016